

ASSESSORIA JURÍDICA

Sistema de justiça de novo em risco com segunda vaga

Na primeira fase da pandemia, o sistema de justiça quase parou. Advogados ouvidos pelo Negócios receiam que, embora em menor escala, os problemas voltem com a segunda.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

Suspensão de processos, de prazos judiciais, de diligências ou de julgamentos marcaram o sistema de justiça na primeira fase da pandemia. Os atrasos foram inevitáveis e o receio agora é de que a situação possa voltar a repetir-se.

"Aquando da primeira vaga da covid-19, o Governo decretou a suspensão de todos os processos não urgentes por um período de quase de três meses, o que ditou um estrangulamento do nosso sistema de justiça, com a suspensão de prazos judiciais e o adiamento 'sine die' de milhares de diligências", evidencia Fernando Aguiar de Carvalho, advogado e sócio da Uría Menéndez – Proença de Carvalho. E adianta que se a isso somarmos "a não alteração do regime das férias judiciais de verão, os tribunais e os processos não urgentes estiveram praticamente parados durante metade dos primeiros nove meses do ano".

Muito embora uma nova suspensão generalizada de processos não urgentes esteja fora de questão, o mesmo advogado diz ter receio de que, "sobretudo ao nível do agendamento e realização de audiências de julgamento, voltemos a assistir a constrangimentos e adiamentos que comprometerão a necessária recuperação dos atrasos causados pela primeira vaga da covid-19".

Ricardo Nascimento Ferreira, sócio da Moraes Leitão, considera ser "previsível que algumas dessas indefinições se mantenham nesta segunda fase da pandemia, nomeadamente no que respeita à realização de diligências judiciais



Na primeira vaga da covid-19, o Governo decretou a suspensão de todos os processos não urgentes por um período de quase de três meses.

– com cancelamentos, adiamentos e atrasos nas diligências e com dúvidas sobre as condições logísticas da sua realização". Contudo, este advogado entende que "há um esforço comum, por parte dos vários intervenientes, no sentido

de procurar normalizar ao máximo a atividade da justiça, garantindo as necessárias condições de segurança de todos os envolvidos".

Problemas de ordem meramente técnica

O sistema de justiça, na vertente do funcionamento dos tribunais, "deparou-se principalmente com problemas meramente técnicos" nos primeiros meses de pandemia, entende André Navarro de Noronha, sócio da firma de advocacia Telles. Conforme adianta, "foram criados os meios e os suportes para a prática da generalidade das diligências à distância, mas o sistema aparentemente não foi dimensionado de modo a asse-

gurar o seu funcionamento eficaz".

Em sua opinião, embora "a realização de diligências sem ser presencialmente no tribunal levanta questões de fidedignidade e imediação, é infinitamente melhor do que simplesmente adiar a sua realização por tempo indeterminado e a experiência dos nossos agentes de justiça, nomeadamente dos magistrados, permitirá apreender bem o conteúdo da diligência e a sua fidedignidade. Será um mal menor e necessário".

É aliás essa a perspectiva Pedro Botelho Gomes, sócio e administrador da JPAB-José Pedro Aguiar-Branco Advogados. Nes-

O funcionamento do sistema de justiça poderá voltar a ser negativamente impactado pelas medidas anunciadas.

Pedro Simões



Experiência antes ganha facilita apoio a dar aos clientes

se sentido, este advogado entende que é absolutamente essencial que o sistema da plataforma WEBEX funcione bem, o que não tem acontecido", critica.

Não se prevê nesta fase o encerramento dos tribunais nem qualquer suspensão dos prazos judiciais, situação que, para Pedro Botelho Gomes, constituiu "um grave entrave ao trabalho dos advogados em geral e à realização da Justiça em si mesma". Por outro lado, sublinha o sócio da JPAB, "os tribunais têm sido um parente pobre nos cuidados a ter por quem os dirige e por quem decide". Até por isso, sublinha, "importa reforçar medidas de segurança, criar condições para que quem os frequenta tenha algum conforto e se sinta seguro".

Com pragmatismo, Fernando Aguilar de Carvalho entende que as dificuldades vão voltar a surgir. "Ainda que em menor escala, antecipo que o funcionamento do sistema de justiça voltará a ser negativamente impactado pelas medidas agora anunciadas pelo Governo e por aquelas que se poderão seguir, deixando sequelas que perdurarão por longos meses", sentencia este advogado. ■

Face às restrições que se avizinhavam com a declaração de um novo período de estado de emergência, quais poderão ser os maiores obstáculos para a atividade das sociedades de advogados no apoio aos clientes? Pese embora a experiência acumulada no teletrabalho, a troca de ideias, presencialmente, com os responsáveis das empresas a que dão apoio continua a ser preferida pelos advogados ouvidos pelo Negócios. Esse será um dos desafios. Outro será ter de dar especial atenção aos clientes mais afetados pela crise económica.

Ricardo Nascimento Ferreira, advogado e sócio da Moraes

Leitão, lembra que "a advocacia é, por natureza, uma profissão muito dependente de contactos presenciais, seja com os clientes, com colegas de trabalho ou com entidades públicas", pelo que as medidas de restrição e confinamento "vão obrigar a um esforço adicional de adaptação para não se perder a qualidade do serviço prestado aos clientes". Em particular, diz o mesmo advogado, "aos clientes mais afetados pela crise económica".

Também para Fernando Aguilar de Carvalho, sócio da Uría, o maior e mais imediato obstáculo será a restrição à movimentação e ao contacto entre

peças. "A advocacia, em particular na área do contencioso e arbitragem, depende em larga medida da relação de proximidade e dos contactos pessoais entre o advogado e o cliente", lembra Aguilar de Carvalho, embora admita que "a experiência adquirida e o recurso às novas tecnologias ajudarão a superar os impactos destas medidas".

É igualmente este o raciocínio de André Navarro de Noronha, sócio da Telles: "Mesmo na relação direta com os clientes, estamos todos - nós e eles - bem adaptados à nova realidade." O advogado avança apenas com a questão que envolve a prática de

atos notariais que pressupõem assinaturas presenciais, defendendo que se regule a prática desses atos à distância e por recurso a meios eletrónicos.

Pedro Botelho Gomes, administrador da JPAB, sublinha que a experiência da primavera passada deixa a equipa da sociedade mais confortável para enfrentar o novo pico pandémico. "Diria que o momento do nosso trabalho em que pode fazer mais falta uma presença física pessoal é, essencialmente, o do primeiro contacto com um novo cliente. Mas até isso fizemos no escritório e com resultados muito positivos", enfatiza. ■



[Na primeira vaga], a justiça, na vertente do funcionamento dos tribunais, deparou-se principalmente com problemas meramente técnicos.



O momento do nosso trabalho em que pode fazer mais falta uma presença física pessoal é [...] o do primeiro contacto com um novo cliente.



A advocacia [...] depende em larga medida da relação de proximidade e dos contactos pessoais entre o advogado e o cliente.



A advocacia terá de procurar mitigar o impacto na atividade dos setores económicos mais condicionados pelas restrições.



NAVARRO DE NORONHA
Sócio da Telles Advogados



PEDRO BOTELHO GOMES
Sócio da JPAB - José Pedro Aguiar-Branco Advogados



AGUILAR DE CARVALHO
Sócio da Uría Menéndez-Proença de Carvalho



RICARDO N. FERREIRA
Sócio da Moraes Leitão

Nos tribunais, dizem alguns advogados, são de admitir cancelamentos, adiamentos e atrasos nas diligências.

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 5 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4365 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Sem onda azul mas com um pé na Casa Branca

Biden lidera estados decisivos. Trump contesta resultados

Caminho aberto para o candidato democrata sossega mercados

Eleição leva juros da dívida portuguesa para mínimos históricos

PRIMEIRA LINHA 4 a 9



Kevin Dietsch

Privados tiveram queda de atividade superior ao SNS

Hospitais privados realizaram menos 40% de cirurgias em março e 80% em abril | **Recuperação** a partir de maio foi maior do que no serviço público

ECONOMIA 10 e 11

Cortes de pessoal na TAP vão já para discussão com sindicatos

EMPRESAS 18 e 19

Tecnologia

Será a Farfetch a próxima Amazon ou Myspace?

Ações da empresa liderada por José Neves dispararam 230% este ano, avaliando-a em mais de 11,7 mil milhões de dólares.

MERCADOS 26 e 27



Comércio

Costa admite mais pessoas por loja até ao Natal

EMPRESAS 19

Fundos

Bazuca europeia obriga a mudar mentalidades

ECONOMIA 12

Lex

Segunda vaga deixa sistema de justiça de novo em risco

SUPLEMENTO 14 e 15